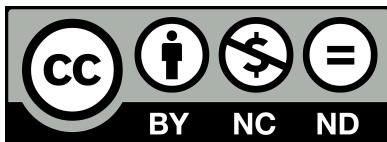




Diversificação Produtiva em Áreas Cultivadas com Tabaco em Canguçu, RS: Uma Relação com Políticas Públicas Voltadas à Comercialização de Alimentos

Diversificação Produtiva em Áreas Cultivadas com Tabaco em Canguçu, RS: Uma Relação com Políticas Públicas Voltadas à Comercialização de Alimentos



© 2024 Fundação Oswaldo Cruz

Este trabalho está disponível nos termos da Licença Creative Commons - Atribuição - Não Comercial - Sem Derivações 4.0 Internacional. A reprodução parcial ou total deste trabalho é permitida, desde que a fonte seja citada.

Ministério da Saúde

Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz

Presidente

Mario Moreira

Diretor da Escola Nacional de Saúde Pública

Sergio Arouca - ENSP

Marco Menezes

Coordenadora do Centro de Estudos sobre

Tabaco e Saúde - Cetab/ENSP

Silvana Rubano Turci

Coordenador do Centro de Conhecimento para os

Artigos 17 e 18 da CQCT/OMS

Marcelo Moreno dos Reis

Elaboração e organização do texto

Germano Ehlert Pollnow

Colaboração

Breno Luiz Guilherme Gaspar

Marcelo Moreno dos Reis

Milena Maciel de Carvalho

Raquel Torres Gurgel

Vera Luiza da Costa e Silva

Padronização de referências

Amanda dos Santos Callian

Imagem da capa

Peter F. | Unsplash

Design

Marcelo Moreno dos Reis

Raquel Torres Gurgel

Sugestão de citação:

Pollnow GE. Diversificação Produtiva em Áreas Cultivadas com Tabaco em Canguçu, RS: Uma Relação com Políticas Públicas Voltadas à Comercialização de Alimentos. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz. Centro de Estudos sobre Tabaco e Saúde; set. 2024. 20 p.

Este documento foi financiado com recursos do Secretariado da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT/OMS), por meio do projeto "WHO FCTC Knowledge Hub for Articles 17 and 18 to support the work of the Convention Secretariat in implementing decision FCTC/COP8(10)", sob o contrato ENSP-010-FEX-21.

Sumário

1. Contexto geral	5
2. Contexto específico	9
3. Descrição da experiência	11
4. Resultados	14
5. Considerações finais e lições aprendidas	16
Referências	18

1. Contexto geral

O Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) foi criado em 1978 como um serviço da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB)¹ para auxiliar agricultoras e agricultores familiares na permanência no campo, com qualidade de vida, autonomia, protagonismo e justiça social. O trabalho é realizado por meio da assessoria técnica na produção de alimentos, do resgate histórico-cultural, e da inserção de agricultoras e agricultores nas discussões de políticas públicas, buscando, por meio da agroecologia, assegurar uma vida mais digna para as famílias agricultoras e oferecer alimentos mais saudáveis para famílias consumidoras (1).

A instituição possui cinco núcleos com atuação nos três estados da região Sul do Brasil: no Rio Grande do Sul, está nos municípios de Pelotas, Santa Cruz do Sul e Erechim (este último atua também em Santa Catarina); e, no Paraná, atua em Verê e Marechal Cândido Rondon (2). Atualmente, juridicamente, os cinco núcleos são filiais da Fundação Luterana de Diaconia (FLD). O CAPA - Núcleo Pelotas, objeto desta sistematização, atua na Zona Sul do Rio Grande do Sul.

A instituição possui uma histórica caminhada de motivação, apoio e assessoria às organizações da agricultura familiar. Possui reconhecimento, credibilidade e premiações como entidade de referência em agroecologia, organização social e desenvolvimento rural sustentável (1).

Desde 2012, o CAPA Pelotas vem desenvolvendo atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) com foco na diversificação produtiva. Estas atividades estão vinculadas ao Plano Nacional de Diversificação em Áreas

¹ O CAPA trabalha com todos os credos e crenças e valoriza a cultura de povos e comunidades tradicionais. Fundamenta-se na disseminação de práticas econômica e ecologicamente sustentáveis entre famílias produtoras rurais, considerando os princípios do protagonismo, associativismo, solidariedade, sustentabilidade e respeito ao meio ambiente.

Cultivadas com Tabaco (PNDACT), o qual, por sua vez, tem relação com a Convenção Quadro para Controle do Tabaco (CQCT/OMS).

A CQCT/OMS foi o primeiro tratado internacional de saúde negociado sob os auspícios da Organização Mundial da Saúde (OMS) (3), nascendo a partir de evidências de que o crescimento do mercado mundial dos produtos de tabaco, como resultado da liberalização do comércio e do investimento do capital estrangeiro direto, trouxe uma séria ameaça à saúde pública global (4).

Dentre várias medidas destinadas à implementação de ações voltadas à saúde coletiva, a CQCT/OMS prevê também a implementação de ações voltadas à redução da oferta de tabaco e à proteção do ambiente e da saúde das pessoas.

Nesse sentido, o Artigo 17 trata do apoio a atividades alternativas economicamente viáveis nos seguintes termos:

As Partes, em cooperação entre si e com as organizações intergovernamentais internacionais e regionais competentes promoverão, conforme proceda, alternativas economicamente viáveis para os trabalhadores, os cultivadores e, eventualmente, os varejistas de pequeno porte (4).

Já o Artigo 18 aborda a proteção ao meio ambiente e à saúde das pessoas:

Em cumprimento às obrigações estabelecidas na presente Convenção, as Partes concordam em prestar devida atenção, no que diz respeito ao cultivo do tabaco e à fabricação de produtos de tabaco em seus respectivos territórios, à proteção do meio ambiente e à saúde das pessoas em relação ao meio ambiente (4).

Sob essa égide, o primeiro projeto de diversificação produtiva executado pelo CAPA (Contrato 11/2012 MDA SAF/DATER) envolveu o atendimento a 960 famílias de sete municípios² durante os anos de 2012 e 2013. Em um segundo projeto (Contrato 151/2013 MDA SAF/DATER), durante os anos de 2014 a 2016, o trabalho se deu com 1.200 famílias dos mesmos municípios. Mais recentemente, entre o início de 2019 e o fim de 2021, o CAPA executou um terceiro projeto (Contrato nº 93/2018 ANATER), envolvendo 960 famílias agricultoras e produtoras de tabaco nos municípios de Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Canguçu, Pelotas, São Lourenço do Sul e Turuçu. Assim, o foco desta sistematização recai sobre o segundo projeto executado entre 2014 e 2016.

É importante mencionar que, apesar de o foco desse serviço estar centrado na diversificação produtiva, buscou-se a construção de uma ATER com base na

² Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Canguçu, Cristal, Pelotas, São Lourenço do Sul e Turuçu.

agroecologia, com equidade de gênero e fortalecimento das organizações sociais da agricultura familiar da região. Nesse sentido, o objeto do referido projeto foi a promoção da diversificação produtiva e de renda para 1.200 famílias de agricultores de base familiar que cultivam tabaco em municípios da região sul do estado do Rio Grande do Sul.

A presente sistematização tem como objeto os serviços de ATER prestados pelo CAPA - Núcleo Pelotas através da Chamada Pública SAF/MDA 06/2013, desenvolvendo o “Projeto de ATER em Rede para consolidação do processo de diversificação produtiva e sustentável em áreas cultivadas com tabaco em municípios do Território Zona Sul do Estado/RS”, em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Sintraf-Sul), com a Cooperativa Mista de Agricultores da Região Sul (Coopar), com a Cooperativa de Crédito Solidário (Cresol), com a Cooperativa Sul Ecológica, com a Cooperativa União, com a Cooperativa dos Fruticultores da Região Sul (Cafsul) e com a Embrapa Clima Temperado.

Foram assistidas 1.200 famílias de agricultores e agricultoras familiares dos municípios de Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Canguçu, Cristal, Pelotas, São Lourenço do Sul e Turuçu. Deste público beneficiário, 50% era composto por mulheres, as quais estavam à frente de diferentes processos de diversificação produtiva em suas unidades produtivas familiares.

O objetivo deste relatório é apresentar os principais resultados obtidos após os três anos (2014-2017) de execução da chamada pública, utilizando-se um estudo de caso no município de Canguçu/RS. O foco central é a diversificação produtiva e econômica em áreas cultivadas com tabaco, apresentando os canais de comercialização e as questões de organização social imbricadas no processo.

Antes de avançar para a descrição da experiência e dos resultados, convém apresentar a metodologia utilizada que alicerçou a elaboração desta sistematização. Nesse sentido, foram utilizados os preceitos de Holliday (5), o qual define a sistematização de experiências como uma

interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionaram entre si e porque o fizeram desse modo (5).

O mesmo autor entende que a sistematização de experiências “trata-se não só de entender situações, processos ou estruturas sociais, mas também, no fundamental, conhecer como se produzem novas situações e processos que podem incidir na mudança de certas estruturas” (5).

Assim, a presente sistematização pode ser considerada como um processo produtor de conhecimentos a partir da conceitualização da prática e da reconstrução ordenada da experiência que está posta em tela, possibilitando interpretações críticas sobre a dinâmica trabalhada que podem motivar reflexões teóricas e trabalhos práticos.

Durante a execução da Chamada Pública SAF/ATER nº 06/2013 pelo CAPA - Núcleo Pelotas, foram realizados dois diagnósticos com a totalidade das famílias beneficiárias (1.200), respectivamente nos anos 2014 e 2016, para caracterização socioeconômica e produtiva destas no início e no fim do projeto. A partir da sistematização e tabulação das informações através do programa informático Microsoft Access®, serão apresentados a seguir dados referentes a 160 famílias do município de Canguçu/RS, comparando os sistemas produtivos e os canais de comercialização nos anos de 2014 e 2016.

A escolha na utilização dos dados de Canguçu/RS se deu em virtude de este ter sido o município brasileiro com a maior produção de tabaco na safra 2015/2016, conforme dados da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra) e do Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (Sinditabaco) – o que trata-se, sem dúvida, de um contraponto quando são apresentados dados exitosos de diversificação produtiva em áreas com esse cultivo.

2. Contexto específico

Atualmente, a área rural da Serra do Tapes, no estado do Rio Grande do Sul, região onde está situado o município de Canguçu, é constituída por unidades produtivas familiares de pequeno e médio porte, onde grande parte dos agricultores familiares está vinculada ao capital comercial e industrial, com maior representatividade nas produções de tabaco, pêssego e leite (6).

A produção de tabaco ocupa um espaço significativo na agricultura familiar da Serra dos Tapes, sendo o Rio Grande do Sul o estado brasileiro com a maior produção de fumo em folha no Brasil (7). Os municípios de Canguçu, São Lourenço do Sul, Turuçu, Pelotas e Arroio do Padre destacam-se na região sul do estado como os principais produtores desta cultura (8).

A cultura do tabaco garante aos agricultores condições como mercado consolidado, assistência técnica, pacotes de insumos e venda garantida, o que facilita para o agricultor tanto o cultivo como a comercialização. A questão que aqui se coloca está relacionada com a dependência econômica de famílias e municípios da região e, mais do que isso, com a ameaça à produção diversificada de alimentos pela agricultura familiar inserida nesse contexto. Há que se registrar ainda os reflexos, tanto da produção como do consumo de tabaco, na saúde coletiva.

Apesar do destaque para a produção de tabaco na região, sempre foi marcante nesse território a forte presença da produção diversificada de alimentos, característica intrínseca da cultura das agricultoras e agricultores familiares. É tradicional na região a produção de alimentos diversificados, como frutas, leite, feijão, batata, hortaliças, etc. Entretanto, para Pollnow, Martinez e Surita (9), a expansão do cultivo de tabaco na região ameaça diretamente essa produção de alimentos, o modo de ser dos agricultores e sua saúde. Nesse último caso, isso se dá pelo alto emprego de agrotóxicos ou ainda pela intoxicação com nicotina

durante o processo de colheita (enfermidade conhecida como a Doença da Folha Verde do Tabaco) (10).

Além disso, trivialmente há o discurso de que o cultivo do fumo é a única atividade economicamente viável para a agricultura familiar na região. Contudo, este argumento está imbricado dentro dos conceitos restritos de desenvolvimento econômico. Este sistema homogêneo e de monocultura traz enormes prejuízos para a sociedade, especialmente no que diz respeito a aspectos sociais, ambientais e de saúde coletiva.

A Zona Sul do Rio Grande do Sul experimenta ao longo do tempo a fragilidade e a falência desse tipo de sistema econômico homogêneo. A referência aqui é relacionada à crise que a persicultura enfrentou nas décadas de 1970 e 1980 em Pelotas/RS e mais recentemente, à crise enfrentada pelo Polo Naval de Rio Grande/RS e as inúmeras consequências econômicas e sociais para a região como um todo. Nesse sentido, é possível apontar que sistemas econômicos complexos e diversificados, dentro e fora do setor agrário, promovem uma maior sustentabilidade sob a égide de suas diferentes dimensões (9).

No âmbito da agricultura familiar, entende-se ainda que o paradigma restrito do desenvolvimento econômico deve ser quebrado. Em grande medida, isso se deve ao fato de que essa categoria social não se encaixa na estrutura edificada a partir da consolidação do modo de produção capitalista, a qual foi magistralmente dissecada por Marx e Engels em sua icônica obra “O Capital” (11). As leis de funcionamento da economia camponesa operam com base na equação consumo-trabalho – o atendimento das necessidades alimentares e sociais da unidade familiar faz com que seus membros imprimam um ritmo de autoexploração de sua força de trabalho (12). Assim, as famílias devem ter opção de escolha e autonomia de produzir seu próprio alimento e poder comercializá-lo, garantindo a segurança e soberania alimentar e nutricional, além de promover alternativas produtivas e econômicas.

Neste contexto, o trabalho de ATER oferecido pelo CAPA e voltado à diversificação produtiva buscou fortalecer a produção de alimentos com base na agroecologia e no robustecimento das organizações sociais vinculadas à agricultura familiar da região, especialmente cooperativas que possibilitam, entre outros aspectos, a comercialização da produção.

De forma mais específica, na descrição da experiência a seguir delineada, busca-se evidenciar que mesmo onde existe uma grande produção de fumo e uma forte atuação da indústria do tabaco em diferentes frentes, é possível avançar na diversificação produtiva, na segurança e soberania alimentar e nutricional e na geração de renda, através de serviços específicos de ATER comprometidos com esse objetivo.

3. Descrição da experiência

A partir do trabalho de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) com a realização de diversas atividades individuais e coletivas (Figura 1) para promoção da diversificação produtiva em áreas cultivadas com tabaco, foi possível a organização socioprodutiva desses agricultores e agricultoras familiares para que buscassem outros mercados para além da cadeia produtiva do tabaco e da integração com as empresas fumageiras. Nesse sentido, dois mercados merecem destaque: os mercados institucionais e as feiras livres.

Figura 1. Imagens de algumas das atividades coletivas realizadas durante a execução da chamada pública, dentre elas, dias de campo, cursos, intercâmbios e reuniões técnicas.



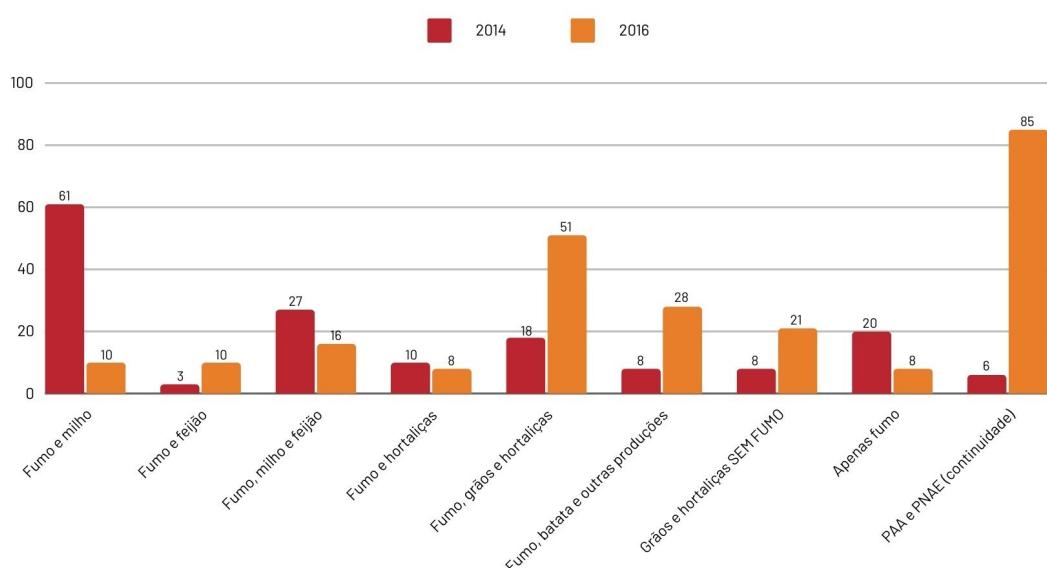
Fonte: Acervo CAPA Pelotas.

Em relação aos mercados institucionais – precisamente o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – trata-se de uma política pública que incentiva a comercialização de alimentos produzidos pela agricultura familiar através da compra por parte de instituições públicas: escolas, universidades, institutos federais, forças armadas, etc. Já em relação às feiras livres, essa é uma forma de comercialização direta entre produtores e consumidores que ocorre, em geral, uma vez por semana.

O gráfico a seguir (Figura 2) apresenta o número de famílias e os respectivos subsistemas desenvolvidos nas suas unidades produtivas familiares, anterior e posteriormente à execução das atividades de ATER durante os três anos da referida chamada pública. É possível perceber que houve uma migração de famílias que trabalhavam com o subsistema fumo-milho para outros subsistemas mais diversificados e complexos, como o caso de fumo-grãos-hortaliças, fumo-batata-outras produções e grãos-hortaliças (sem fumo).

Percebe-se ainda que, ao passo que houve uma diminuição no número de famílias que em 2014 dependiam exclusivamente do cultivo de tabaco como fonte de renda, houve também um aumento no número de famílias que possuíam em suas unidades produtivas familiares um subsistema diversificado, com a produção de grãos e hortaliças, mas que não trabalhavam mais com o cultivo de fumo. Esse incremento é reflexo direto de um trabalho continuado de ATER (ainda que ininterruptamente apenas por três anos - de 2014 a 2016), promovendo alternativas produtivas e econômicas para além da fumicultura.

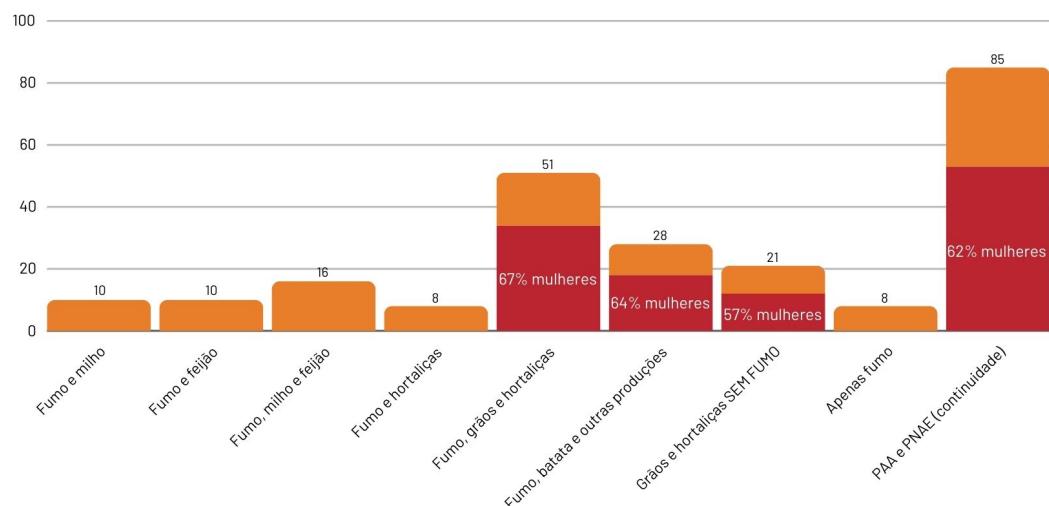
Figura 2. Número de famílias e seus respectivos subsistemas antes e depois da execução da chamada pública.



Fonte: Elaboração própria a partir de diagnósticos de caracterização das famílias levantados durante a execução da referida chamada pública.

Além disso, é interessante notar o protagonismo feminino nos subsistemas diversificados apresentados acima. O gráfico a seguir (Figura 3) ilustra esse protagonismo: no caso de todos os subsistemas produtivos diversificados, as mulheres eram a maioria das beneficiárias diretas do projeto de ATER em tela.

Figura 3. Gráfico com o número de famílias e seus respectivos subsistemas antes e depois da execução da chamada pública.



Fonte: Elaboração própria a partir de diagnósticos de caracterização das famílias levantados durante a execução da referida chamada pública.

Com isso, a seguir, serão delineadas algumas discussões acerca dos resultados da experiência aqui descrita.

4. Resultados

O trabalho de ATER em questão foi desenvolvido de forma inovadora, por meio de uma rede de organizações sociais, na qual as entidades parceiras e o CAPA estabeleceram uma colaboração para oferecer uma assistência técnica de qualidade às famílias. Esse processo em rede também garantiu oportunidades de comercialização ao final da cadeia produtiva, especialmente por meio de cooperativas.

Conforme asseveram Martinez et al. (13), a rede envolvendo cooperativas de diferentes segmentos pode oferecer os meios objetivos para promover a diversificação produtiva e sustentável, a gestão social das unidades produtivas familiares, o apoio à organização social e à comercialização dos produtos, bem como apoio ao acesso ao crédito e às políticas públicas disponíveis para a agricultura familiar.

Além disso, por meio de um trabalho de base, ou seja, pelo contato direto com as famílias, pode-se conhecer *in loco* a realidade e as necessidades, permitindo a produção de alimentos limpos e saudáveis para os consumidores. Esse trabalho de base ainda possibilitou a organização social das famílias, abrindo oportunidades, por exemplo, para a comercialização por meio dos mercados institucionais, como é o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

O trabalho esteve voltado para dar condições aos agricultores de escolherem o que cultivar, possibilitando a comercialização e dando condições para que as famílias agricultoras se integrassem às organizações da região. Foram dois objetivos principais: desenvolver ações de segurança alimentar e gerar renda por meio da produção de alimentos limpos, com base na Agroecologia.

A diversificação produtiva gerada a partir desse trabalho de ATER foi estratégica,

pois as famílias agricultoras não ficaram reféns de apenas um sistema produtivo – no caso, o tabaco. Há outros subsistemas em uma unidade produtiva familiar diversificada que possibilitam também a diversificação econômica, além de produtiva. Outrossim, trata-se também de uma estratégia de mercado, onde, no caso em estudo, as famílias estiveram inseridas em cooperativas e associações que possibilitaram a comercialização de sua produção através dessa forma de organização social em rede.

Ademais, entende-se que a mudança apresentada nos resultados acima expostos esteve fortemente ligada à segurança que as famílias tiveram para mudar o sistema produtivo e econômico de suas unidades produtivas familiares. No caso da agricultura familiar, quando há segurança de que outro sistema produtivo possui maior viabilidade do que o exercido, troca-se de sistema. E a segurança referida é exatamente um serviço de ATER continuada que ofereça alternativas não só de produção, mas sobretudo que também apresente e possibilite alternativas de comercialização.

Isso só é possível graças a uma rede que não trabalha somente com ATER, mas oferece opções de comercialização no final da cadeia produtiva. Essas opções, e consequentemente a cadeia produtiva como um todo, são fortalecidas por meio de políticas públicas que possibilitam canais de comercialização segura e justa, como é o caso do PAA, do PNAE ou das feiras livres. De outro lado, há que se fazer menção também ao programa Nacional de Diversificação de Áreas Cultivadas com Tabaco (PNDACT), que possibilitou o oferecimento dos serviços de ATER no período citado.

Por fim, é possível relacionar o grande número de famílias em Canguçu que diversificaram seus subsistemas com o aumento de famílias que entregaram alimentos para mercados institucionais, como é precisamente o caso do PAA e o PNAE. Isso só foi possível graças à organização social de instituições presentes no município de Canguçu com atuação histórica e comprometida com as famílias agricultoras, como a Cooperativa União, que acessa esses mercados, e o CAPA, que presta assistência técnica continuada à cooperativa e às famílias agricultoras.

5. Considerações finais e lições aprendidas

Em municípios que dispõem de uma forte organização social aliada ao cooperativismo e associativismo, é possível que famílias produtoras de fumo diversifiquem sua produção e sua renda, especialmente por meio de alternativas de comercialização, como os mercados institucionais. Além disso, é fundamental que exista um serviço continuado de ATER com intensa participação de atores mediadores nesse processo e com atuação histórica e comprometida com as famílias e as organizações, como é o caso do CAPA. Isso tudo proporciona uma metodologia de ação que pode promover uma dinâmica de participação e inclusão social por meio da diversificação produtiva e econômica das unidades produtivas familiares e do acesso a canais de comercialização.

Nesse sentido, a continuidade das ações do PNDACT é fundamental para que os processos de diversificação produtiva não fiquem estagnados no tempo, mas sim possam fortalecer a economia, as relações sociais e a segurança e soberania alimentar das famílias, das regiões e do país.

Entretanto, o que se verifica é que o referido programa passou por um processo de enfraquecimento, e isso não apenas em relação à escassez de recursos destinados para a contratação de entidades prestadoras de serviços de ATER. O que aconteceu também foi uma desarticulação nacional do Programa, inclusive a sua relação com outras políticas públicas, como o caso do PAA e do PNAE, que também estiveram na esteira do desmantelamento de políticas públicas para a agricultura familiar ocorrido a partir de 2017.

Assim, sem uma articulação de diferentes políticas públicas, que possibilite os serviços de ATER específicos para a diversificação, para a comercialização, etc., as famílias agricultoras se veem na mão da indústria do tabaco, obrigando-se a, quiçá, voltar a aumentar a produção de fumo pois enfrentam dificuldades para comercializar os alimentos produzidos e consequentemente gerar renda.

Por fim, vale registrar que em 2024 o Governo Brasileiro anunciou a retomada do PNDACT, visando revitalizar o apoio à agricultura familiar e promover o desenvolvimento sustentável. Essa medida é um passo importante para fortalecer o processo de diversificação produtiva em áreas cultivadas com tabaco e garantir a produção de alimentos e a segurança alimentar e soberania alimentar em muitas comunidades e regiões rurais e urbanas.

Referências

1. Histórico - Pelotas - Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia [Internet]. [citado 8 de março de 2024]. Disponível em: <https://capa.org.br/historico-pelotas/>
2. História - Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia [Internet]. [citado 8 de março de 2024]. Disponível em: <https://capa.org.br/historia/>
3. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Convenção-quadro da OMS para o controle do tabaco no Brasil: 10 anos de história – 2005-2015 [Internet]. Rio de Janeiro: Inca; 2018. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files/media/document/convencao-quadro-para-o-controle-do-tabaco-no-brasil-10-anos-de-historia-2005-2015.pdf>
4. WHO Framework Convention on Tobacco Control, World Health Organization. Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco [Internet]. 2003. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/tabaco/convencao-quadro/arquivos/convencao-quadro-tabaco>
5. Holliday OJ. Para sistematizar experiências. Brasília: MMA; 2006.
6. Salamoni G, Waskiewicz CA. Serra dos Tapes: espaço, sociedade e natureza. Tessituras Rev Antropol E Arqueol [Internet]. 2013;1(1):73–100. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/tessituras/article/view/2670>
7. Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul [Internet]. 2019 [citado 8 de março de 2024]. Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul - Fumo. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/fumo>

8. Garcia ÁA. As exportações gaúchas em 2011. *Indicadores Econômicos FEE* [Internet]. 2012;39(4):57–68. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/2746/3083>
9. Pollnow GE, Martinez EA, Surita R. Diversificação produtiva e econômica em áreas cultivadas com tabaco na Zona Sul do Rio Grande do Sul (RS). *II Simpósio Bras Desenvolv Territ Sustentável*. 2017;1093–8.
10. Fiori NS. Asma, tabagismo e absorção de nicotina em fumicultores do município de São Lourenço do Sul, RS [Tese de Doutorado em Epidemiologia]. [Pelotas]: Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia; 2015.
11. Abramovay R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Edusp; 2007.
12. Shanin T. *Naturaleza y lógica de la economía campesina*. Barcelona: Editorial Anagrama; 1976.
13. Martinez EA, Surita R, Mayer FA, Rech C, Pollnow GE. Diversificação produtiva como estratégia na transição agroecológica em região cultivada com tabaco no sul do RS. *Cad Agroecol* [Internet]. 2016;10(3). Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/cad/article/view/17057>

